

I REUNIAO DO GT DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DATA: 23 de Março de 2005

HORÁRIO: 09h00 às 17h00

LOCAL: Esplanada dos Ministérios Bl. F, sala 331

INTEGRANTES:

Allan Azevedo Pessoa – Centro Josué de Castro

Cunca - Fase

Dione manetti – Senaes

Francisco Lucena - ADS

Haroldo Mendonça – Senaes

João Batista Dutra prestes – Fórum Amazonas

Marcos Arruda - PACS

Maria de Fátima Carvalho – Senaes

Romeu Lemos – Rede de Incubadoras

Sandra Fae praxedes Silva – Rede de Gestores

Sergio – Cáritas Brasileira

PARTICIPANTES:

Allan Azevedo Pessoa – Centro Josué de Castro

Alzira Medeiros – Rede de Gestores – convidada

Deuzani Candido Noleto – Secretaria Executiva do FBES

Dione manetti – Senaes

Haroldo Mendonça – Senaes

João Batista Dutra prestes – Fórum Amazonas

Maria de Fátima Carvalho – Senaes

Romeu Lemos – Rede de Incubadoras

Sandra Fae praxedes Silva – Rede de Gestores

Sandra Nishimura – prefeitura de Londrina – convidada

Sergio – Cáritas Brasileira

PAUTA:

1. Relato sobre a situação de implantação dos Centros Públicos contratados no ano de 2004.
2. Histórico sobre a construção do Termo de Referencia dos Centros Públicos e discussão sobre a necessidade de atualização do mesmo.
3. Operacionalização dos Centros públicos
4. Agenda

INTRODUÇÃO:

Dione – Inicia a reunião falando da preocupação sobre a não presença de alguns integrantes do GT. Propõe que a reunião seja centrada nos centros públicos e que a discussão mais geral do GT seja tratada na próxima reunião.

Romeu – Devemos fazer uma primeira avaliação do que foi construído no ano passado.

1 – RELATO SOBRE A SITUAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS PÚBLICOS CONTRATADOS NO ANO DE 2004

Fátima Carvalho (Senaes) - Apresentação da planilha de centros públicos, convênios firmados com prefeituras em 2004.

Explica sobre aditamento. Os convênios que não foram realizados foi devido à falta de documentação completa (Belém, Porto Alegre, Alvorada, São Paulo e Ponta Grossa), alguns fizeram contatos para ver a possibilidade de retomar o convênio, mas não havia mais prazo. São Paulo enviou documentação que só chegou na Senaes no mês de janeiro, neste caso vai ser enviada documentação para SP dizendo que a SENAES está à disposição para continuar o convênio. Quem envia documentação é a prefeitura. No caso do DF é diferente porque não tem prefeitura, talvez possa ser feito por uma instituição. Senaes realizou 20 convênios, dezoito estava no Departamento de Fomento da Senaes. Senaes pode trabalhar com a possibilidade de realizar uma parceria com um banco público para operacionalizar.

Belém e Ponta Grossa comunicaram antes do final do ano passado que não continuariam o convênio. Alvorada queria continuar, mas não tinha mais tempo. Porto Alegre foi informado que não poderia mais continuar o convênio e foi proposto que fosse feito outro.

Dione (Senaes) – A linha tirada pela Senaes ano passado foi objeto de controvérsia dentro do FBES, fazer parcerias locais com prefeituras. Mesmo assim houve possibilidade de experimentar outras formas, exemplo Fortaleza parceria com Denocs, Ministério da Integração recursos da Senaes descentralizado para o Ministério da integração, mas que por algum motivo na Amazônia não foi utilizado o recurso.

Fátima (Senaes) – Podemos fazer três Tipos de convênios:

1 - Convenio direto com a Senaes;

2 - Descentralização de recurso para um outro órgão

3 - Convenio com uma instituição pública financeira, para fazer intermediação com o executor do projeto.

Senaes - Linhas prioritária para 2005:

- Centros públicos;
- Produção e comercialização;
- Desenvolvimento local;
- Empresas recuperadas auto-gestionárias (160 mil?)

Alan (Centro Josué de Castro) – pede informações sobre a situação de Recife, porque o novo Secretário está apontando que não vai ser construído este ano.

Dione (Senaes) – A Senaes está organizando agenda, Fátima vai visitar os Centros Públicos, os que tem a segunda parcela, caso de Recife, Senaes está solicitando relatório parcial de execução, o repasse da segunda parcela está condicionado a este relatório. Relatório vai dar uma radiografia de como está a execução em cada lugar.

2 – HISTÓRICO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DOS CENTROS PÚBLICOS E DISCUSSÃO SOBRE A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO MESMO:

2.1 – Debate:

Dione – Propostas eram no sentido de construir espaço para os fóruns estaduais. Limitação para financiar estruturas de espaços de entidades privadas. Na prática não eram nem empreendimentos, sim organizações não governamentais, problema legal. Tínhamos a Leitura que havia necessidade de ter espaços públicos para estruturar ações de Economia Solidária, mas não podíamos ignorar outras estruturas que poderiam ser parceiras, optamos trabalhar com prefeituras como parceiras. Senaes entraria com construção, prédio etc, prefeituras com recurso para manter. Tínhamos clareza que daria muita controvérsia no FBES, que entendemos serem legítimas, faz parte da história da luta social que não faria uma avaliação simplista de só fazer parceria com governo que fosse do nosso lado. A lógica para senaes seria o inverso, luta pela redemocratização do estado, parcerias realizadas independente do governo que lá está desde que tenham disposição para trabalhar. Mesmo sabendo dos limites. Idéia foi amadurecida com a rede de gestores para elaboração do termo de referencia, que foi montado nesta perspectiva, desenho de montar um espaço público para abrigar a multiplicidade das atividades da Economia Solidária, desde fóruns estaduais e municipais a projetos de geração de renda, comercialização, tentando elencar no termo os atores envolvidos neste processo, empreendimentos, representação sindical, rol de atores que participam neste processo. Na discussão da gestão dos centros, trazer garantia para que não fosse estatal, mas de fato público. Desenhamos suas atribuições e atores que comporiam o comitê de gestão, sociedade civil 60% de representação, maioria. Neste momento não temos como avaliar se vale ou não, se tem peso ou não. Nossa discussão não é só para construção, mas implementação dos centros. A partir da discussão com rede de gestores em Santo André e com o FBES, como aperfeiçoar o termo e reajustar, debater sobre o entendimento da SENAES. Na coordenação do FBES foi feito um desenho para centro de comercialização, que no meu entender é a mesma coisa de centro público. Centros de comercialização parceria com cooperativas de empreendimentos.

Romeu (Rede de Incubadoras) – Existe uma nebulosa no FBES sobre centro público, no imaginário todos recursos da Senaes foram transferidos para este processo.

A Senaes colocou em números e clareou o que representava esta ação no ano passado. Economia Solidária se inserir na discussão do desenvolvimento local, o que articula é os centros públicos, na concepção de não ser estatal apesar de envolver o governo. Se não organizar no território já que a vida das pessoas acontece nos territórios, empreendimentos não conseguem sair da sobrevivência.

Sandra Praxedes (Rede de Gestores) – é a consolidação da política pública.

João Batista (AM) – Observa que as discussões do Fórum estão inseridas no termo de referencia: educação, legislação específica, inclusão da grade curricular através dos temas transversais, observação das especificidades geográficas.

Sergio (Cáritas Brasileira) – pergunta se os centros já estão sendo construídos, se termo de referencia é apresentado na ponta.

Dione (Senaes) – Responde que faz parte da parceria, é pactuado em cima do termo.

2.2 – Pontos do Termo de Referência discutidos:

1 - CONSELHO GERAL DE GESTÃO DOS CENTROS PÚBLICOS:

- Dependendo do jurídico, entidades privadas e organizações não podem fazer a gestão; o jurídico em São Paulo resistiu a um conselho geral ser o gestor do Centro por questões jurídicas, ser administrado por entidades civis;
- Recife -comitês de gestão local – participação dos gestores públicos e entidades, coordenação executiva da prefeitura, comitê decide, avalia monitora, discussão política, execução prefeitura. Constitui o público de um lado, de outro a sociedade civil;
- O Termo de Referência não fala da coordenação executiva, deixou solto;
- Garantir que o comitê gestor tenha influência na gestão. Em São Paulo o processo foi para que as organizações envolvidas na Economia Solidária estivessem no comitê. Link entre diretoria executiva e conselho tem que estar garantido, para que comitê não seja apenas figurante.
- Lembrar que é gestão de um recurso público; se é dentro do espaço municipal se a coordenação não for do município, como ficaria as contrapartidas do município, luz, despesas, segurança. Coordenação gestora tem direitos e deveres, em Recife o comitê gestor e compromissos, foram empossados pelo prefeito, publicação no diário oficial;
- Deixar mais claro no Termo de Referência a coordenação executiva, o papel de cada um;
- Composição do conselho gestor – aprofundar esta discussão; 60% da sociedade civil ou paritária? 60% pode dar problema no jurídico da prefeitura; os atores devem estar baseados no mapeamento.
- Os Centros que estão sendo implantados poderão ser termômetro e parâmetro para verificar se vai dar certo;

2 – PRAZO DOS CENTROS PÚBLICOS:

- O Termo de Referência especifica o prazo mínimo de cinco anos para garantir o Centro Público, na época foi sugestão do jurídico do Ministério do Trabalho;
- Quando o governo federal faz um convenio cria instancias e mecanismos. Faz convênios anuais ou plurianuais, por exemplo, para continuidade da política. A continuidade é por meio de convênios mesmo. Convênios plurianuais que renovam planos de trabalho anualmente. O que garante os cinco anos é o convenio para continuidade da política. A Senaes precisa fazer um documento explicando a operacionalização e os convênios. Importante é garantir realmente poder para estes comitês gestores, similar na forma aos conselhos estaduais e comissões municipais de emprego. Diferente é que comitês tenham participação definitiva e efetiva. No caso da Economia Solidária é preciso garantir que os fóruns estaduais estejam formados e que tenham poder dentro do comitê;
- Na prática tem um decreto do prefeito para instituir a comissão e indicativos para execução local. Segundo momento ver organograma da instituição que trabalha no município trabalho e renda.
- O convenio estabelece prazo e garante que a política seja implementada, mas não dizer que aquela estrutura tenha cinco anos;
- Precisa haver rigor com a questão dos desvios. Ter convênio não é suficiente tem que haver uma estrutura que garanta as atividades e a execução das políticas. Desvios acontecem bastante.

- A Senaes se compromete voltar a conversar com a consultoria jurídica sobre a questão do prazo. Amarrar o compromisso de construir o comitê de gestão, articulação local garantir o seu funcionamento.

3 – MANUTENÇÃO DOS CENTROS PÚBLICOS:

A questão do custeio aparece, repensar recursos para custeio também;

- A Senaes explica que os Centros Públicos estão na fase de implantação, a outra fase será a manutenção que estará dentro do plano de trabalho que devera ser executado e elaborado a cada ano. Antes não tinha dinheiro para custeio. Podemos negociar custeio se implantarmos os Centros Públicos. Na verdade quando faz a política uma boa parte dos recursos deve ser custeio, tem a parte política que demanda articulações e contatos diversos. Esta fase de construção ou reforma é a fase de investimento;
- O Plano de Trabalho dos Centros Públicos é que vai definir o que é uma coisa e o que é outra. Ter cuidado quando vier projeto que tenha centro publico, fazer a conexão;
- Criar algum instrumento que garanta o centro publico: Declaração dos diversos segmentos da sociedade civil que constituírem o comitê gestor(proposta Romeu), que já tenham discutido a proposta da Economia Solidária, são mecanismos de garantia; ou audiência publica? Discussão dentro do município sobre o centro publico, com possibilidade de sugestão da Senaes para o estado, plenária; Exemplo consorcio da juventude qualquer lugar para construir condição de audiência publica chamada pela prefeitura com todos atores envolvidos, poderia fazer assim para a Economia Solidária, reforça a proposta de mobilização local;

4 – CRITÉRIOS PARA CRIAR UM CENTRO PÚBLICO:

4.1 – DEBATE:

Haroldo (Senaes) – contradição – prefeituras querem administrar o seu espaço, centros públicos atuam mais amplamente na dimensão do estado. A representação do fórum estadual é a representação metropolitana. A CESAM centro publico da Amazônia pode ser a representação do estado do Pará por exemplo.

Alzira (Rede de Gestores) – O fórum é estadual, e o centro público está sob a responsabilidade do município. Uma cidade pequena do interior não vai conseguir articular com todo o estado. Priorizar os centros públicos das capitais que podem expor o que o estado tem como economia solidária. Fica complicado uma prefeitura querer implantar Centro Público de Economia solidária se não tem discussão ou relação política com o movimento. Pode ser que o município não tenha fórum mas o estado tenha.

Haroldo (Senaes) – Como elaborar uma proposta de política publica municipal para Economia Solidária, hoje inverte esta situação, o centro público seria uma expressão do movimento. Não instalar em cidades pequenas, estratégia é ir para um determinado território. Que tipo de ações podem ser conjugadas? Visão de trabalho e renda está muito calcada no empreendedorismo na visão neo-liberal. Centros públicos dissociados da questão do emprego, para muitas prefeituras não há muita distinção, como fica a Economia Solidária, fica muito descolada da dinâmica de política de emprego. Que tipo de ações de política pode ser eficiente para uma ação municipal. Não separaria dos centros públicos. Partir de uma ação instrumental para uma ação estratégica.

Sandra Nishimura (Prefeitura de Londrina) – com relação aos fóruns de Economia Solidária não poderia acontecer, se fórum entrar como critério, estar acontecendo formação de fóruns de cima para baixo? Qual o grau de envolvimento da prefeitura na Economia Solidária, qual o público alvo? Existência na localidade de leis específicas para Economia Solidária. Precisamos de um conjunto de elementos para subsidiar a análise, não só existência dos fóruns.

Allan (Centro Josué de Castro) – Estamos com recursos limitados, por isso precisa de critérios. Critérios prioriza a escolha, onde tem fórum é um critério a ser considerado, a lei também mas se for uma lei morta não adianta. Defendo a questão do fórum por causa do processo de construção, que aglutina pessoas de forma mais ou menos organizada para caminhar politicamente, o fórum é fundante, não fica isolado se articular com o fórum brasileiro, com os GTs. Não é difícil analisar, é um critério fundamental de articulação política.

Romeu (Rede de Incubadoras) – dentro dos critérios políticos, os fóruns a maioria são estaduais, se for na capital tudo bem. Praticamente não existe fórum nos municípios, qualquer centro público precisa estar articulado com alguma instância de Economia Solidária. Qual o nível de comprometimento dos empreendimentos com os fóruns e com os movimentos, deve entrar na análise. Qual o peso vamos dar aos critérios?

Alzira (Rede de Gestores) – recursos são escassos e a demanda da Economia Solidária não se dá igual. Podíamos elaborar critério do protagonismo da Economia Solidária, outro da irradiação territorial, se não vai ficar isolado, para além daquele local. Exemplo, Pernambuco esta com articulações micro regionais, ver a questão do espaço que aquele local significa para a dinâmica da Economia Solidária, para comercialização.

Sandra Nishimura (prefeitura de Londrina) – a questão da relevância social, índice de vulnerabilidade social, o que o centro vai fazer para além do município.

Haroldo (Senaes)– hoje há uma tendência no movimento para interiorizar e regionalizar. Vamos imaginar que acaba o governo Lula, esta estratégia pode se dissipar porque é uma estratégia de governo. Pensar em uma política municipal para dentro da estrutura das prefeituras. Centro público resolve em parte, temos municípios de médio porte, público mais concreto é ainda a economia popular. Como construir uma política municipal para pequenos municípios, centro público é uma das estratégias.

Allan (Centro Josué de Castro) – como o Haroldo fala sinto uma carga muito grande para os centros públicos. Tudo ainda esta muito segmentado, devemos trabalhar dentro do miúdo que pertence ao Ministério do Trabalho, primeiro consolidar politicamente o centro.

Romeu (Rede de Incubadoras) – integração da política pública da Economia Solidária com outras políticas, que foi o que garantiu a formação deste GT.

Alzira (rede de Gestores) – se é construído em espaço público inegavelmente a manutenção é estatal. O estado que recebe tem que aceitar. Precisa estar incluído dentro do orçamento da prefeitura. Isto já faz parte da legislação não precisa ser critério.

Romeu (rede de Incubadoras) – mesmo que esteja na legislação, precisa estar nos critérios, contrapartida do estado que recebe é a garantia da sustentabilidade.

Fátima (Senaes) - propõe que o critério seja verificar se há empreendimento na localidade através do mapeamento.

Haroldo (senaes) – termo de referencia é diferente de termo de edital, de referencia é um manual. Dois tempos, termo de referencia pode colocar a questão do protagonismo. No edital precisa ser mais concreto. Para atribuir critério para estes dois anos, é para este ano? Vamos separar?

4.2 – Resoluções para critérios:

a) Organização Social e protagonismo da ES: obs: como auferir este critério: Senaes pode solicitar cartas dos fóruns, articulações locais apresentando a entidade proponente. Atestar a legitimidade ou se está descolado? Audiência publica pode atender melhor(Dione)

- Fóruns municipais, estaduais e regionais, comissões ou articulações dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil;

b) Comprovação que em nível governamental exista uma institucionalidade de apoio ao desenvolvimento da economia popular e solidária; também poderão ser implementados com outros órgãos do governo federal;

c) Centros públicos devem ser espaço de irradiação que apontem para articulação em rede dos atores da Economia solidária;

d) Devem ser implementados em localidades que gerem novas dinâmicas econômicas sociais para o território;

e) Considerar ações direcionadas a preservação e sustentação do meio ambiente;

3 - OPERACIONALIZACAO:

PONTO RELEVANTES:

- Senaes está optando em não fazer edital devido a recurso ser pouco;
- Senaes pretende fazer convenio para CEF operacionalizar, devido a equipe da Senaes ser pequena e já estar operacionalizando dezenove;
- Fazer um pacote com manual de instrução, plano de trabalho padrão, cronograma;
- Dione propõe reunião de representantes da rede de gestores com a CEF para discutir operacionalização;
- Ficar atento com a CEF em que modalidade vai entrar o centros públicos, dependendo da modalidade pode dificultar;
- Roteiro: primeira fase; segunda fase
- Seminário com pessoal dos centros públicos, debate, orientação sobre relatórios finais e prestações de contas (proposta Fátima da Senaes), para que possa passar para outra etapa de implementação da política de fato; Sandra acha que a Senaes poderia fazer, espaço da Senaes.

4 – AGENDA:

- Em relação a centros públicos senaes vai fazer cronograma e repassar;
- Reunião com gestores públicos para discussão da execução dos centros públicos, Senaes vai convocar. Não é atividade do GT;
- Próxima reunião GT: 2 dias – 18 e 19 de maio